

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTTT - NUH
Gênero e Diversidade na Escola

Janeth de Carvalho Moreira

**CONCEPÇÕES DOS (AS) PROFESSORES (AS) SOBRE
IDENTIDADES DE GÊNEROS-TRANS:
Processo de legitimação dos (as) alunos (as) transexuais no espaço escolar**

Belo Horizonte
2016

Janeth de Carvalho Moreira

**CONCEPÇÕES DOS (AS) PROFESSORES (AS) SOBRE
IDENTIDADES DE GÊNEROS-TRANS:**

Processo de legitimação dos (as) alunos (as) transexuais no espaço escolar

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a Escola do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade

Orientadora: Pr^a Érica Renata de Souza

Área de Concentração: Gênero e Diversidade na Escola

Belo Horizonte

2016

Janeth de Carvalho Moreira

**CONCEPÇÕES DOS (AS) PROFESSORES (AS) SOBRE IDENTIDADES DE
GÊNEROS-TRANS: Processo de legitimação dos (as) alunos (as) transexuais
no espaço escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a Escola do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade.

Área de Concentração: Gênero e Diversidade na Escola

Dra. Érica Renata de Souza - UFMG (Professora Orientadora)

Igor Ramom Lopes Monteiro - UFMG (Professor Banca Examinadora)

Maria Simone de Oliveira Mestre - UFMG (Professora Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 07 de março de 2016

*A todos (as) professores (as) da
Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade
e os (as) estudantes desta escola que
nos fizeram repensar
as regras normativas de gênero.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus pais, pessoas simples e de muita sabedoria.

*Agradeço ao meu Amado sobrinho, Frederico Moreira Souto (in memoriam),
que me fez olhar para o mundo de outra forma.*

*Faço-o ainda as minhas filhas, por me ensinarem o verdadeiro significado do
amor.*

RESUMO

Essa dissertação foi um estudo exploratório realizado na Escola Carlos Drummond de Andrade- Contagem –MG, com objetivo de abordar a questão da identidade de gênero a partir de uma investigação de cunho quali-quantitativo. A principal finalidade desta investigação foi apreender as concepções acerca da Transexualidade entre um grupo de educadores (as) da escola. A técnica utilizada para a obtenção dos dados foram respostas de um questionário, acompanhado com justificativas (opcionais). Os dados apreendidos passaram pelo processo de análise de conteúdo. Considerando-se todos os aspectos inferidos deste estudo, espera-se que ele contribua para uma desconstrução essencialista e desconstrua as práticas pedagógicas que ainda reforçam a heteronormatividade. Além disso, propõe a problematização da identidade e a diferença no espaço escolar para reconhecimento da identidade de gênero.

Palavras-chave: Identidade. Gênero. Transgênero. Escola. Professores (as).

ABSTRACT

This dissertation was an exploratory study in the School Carlos Drummond de Andrade- Count -MG, in order to address the issue of gender identity from a qualitative-quantitative nature research. The main purpose of this research was to understand the conceptions of identity Trans * among a group of educators (as) school. The technique used to obtain the data were responses to a questionnaire, together with justifications (optional). The data seized passed through the content analysis process. Considering all inferred aspects of this study, it is expected that it will contribute to an essentialist deconstruction and deconstructs the pedagogical practices that further reinforce heteronormativity. It also proposes the questioning of school space in recognition of gender identity.

Keywords: Identity. Gender. Transgender. School. Teachers.

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - A Construção de Gênero.....	21
GRÁFICO 2 – O direito de um nome	22
GRÁFICO 3 - Construção de Gênero.....	23
GRÁFICO 4 - Cartografia do banheiro da escola.....	25
GRÁFICO 5 - Estereótipo de Gênero.....	26

LISTA DE SIGLAS

LGBTTI Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Intersexuais

MEC Ministério da Educação

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE Plano Nacional de Educação

SECAD Secretaria de Educação Continuada - MEC

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Apresentação.....	10
2. REPRODUÇÃO DA IDENTIDADE EM UM CONTEXTO ESCOLAR.....	15
2.1 Identidade de Gênero Trans.....	17
3 TRABALHO DE CAMPO.....	20
3.1 Perspectiva a partir do Olhar dos (as) Professores(as) sobre a Identidade Trans* na Instituição Escolar.....	20
3.2 Análise dos Dados.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE – 1 – QUESTIONÁRIO AOS/AS PROFESSORES/AS.....	30

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Durante o exercício da minha função de professora de ciências biológicas foi necessária uma abertura do meu olhar, ou seja, construir e desconstruir valores em relação ao gênero e identidade de gênero numa lógica binária. Trazer essa área da biologia para o campo social é meu grande desafio. Consequentemente, as observações do cotidiano da escola sugeriam que os (as) professores (as) apresentavam uma visão essencialista e naturalista de gênero através das práticas pedagógicas e das conversas no interior da escola.

Na minha formação de graduação em Ciências Biológicas não foram introduzidas no currículo deste curso disciplinas que abertassem as discussões e reflexões sobre gênero e sexualidade, o que contribuiu ainda mais para as concepções biologizantes das identidades de gêneros. Então, percebi a necessidade de compreender como as normas de gênero são construídas. As ciências biológicas contribuem para uma abordagem essencialista dos gêneros, pois é competência desta área de ensino tratar dos conteúdos da fisiologia humana e da genética, desta forma essa ciência legitima as diferenças dos corpos de homem e mulher. Portanto é necessário discernir o que romper conceitos biologizantes da construção cultural e discursiva.

A escola é um espaço privilegiado para o reconhecimento da identidade do sujeito, sendo assim um espaço de socialização. Ser aluno ou uma aluna na escola é uma revelação que já produz um conjunto de significados culturais. Geralmente, uma identidade de gênero que escapa da heteronormatividade é silenciada, estigmatizada e muitas vezes discriminada. Conforme. Miskolci:

É na escola e dentro dos processos educativos que a maioria de nós aprende o que é socialmente prescrito como a forma correta de desejar, o que é reconhecido como o amor e, por conseguinte, o que é rejeitado como inaceitável e abjeto. (MISKOLCI, 2010, p.91)

A educação formal, ao colocar em debate as questões relacionadas à igualdade e à diferença, numa perspectiva de igualdade na diferença propõe efetivamente construir uma cultura de Direitos Humanos. O reconhecimento da

diferença traz uma nova perspectiva do direito à educação e tem como objetivo garantir a igualdade e valorizar a diferença no contexto escolar.

Atualmente, vinculado a esse direito, a educação em Direitos Humanos tem a finalidade de promover mudança e transformação social. Nesse sentido, problematizar a identidade e a diferença no contexto escolar é avançar para uma pedagogia que visa formar sujeitos de direitos e contribuir para uma reflexão sobre a construção da identidade e da diferença. Dessa forma, “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 462).

A partir da afirmação da identidade, declara-se a diferença, e assim se instauram o poder e a disputa de ser reconhecido e incluído. Desta forma, conquista-se o direito e também se define a diferença. Portanto, a identidade é uma produção social e cultural, sendo instável e construída ao longo da vida.

A escola busca construir e fixar um determinado tipo de identidade para os (as) alunos (as), numa pretensão de diminuir as diferenças e normatizar os comportamentos. Por exemplo, aquele (a) que sai das normas de gênero é alvo de preconceito e questionamento.

Conforme, Tomaz Tadeu da Silva:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2000, p.80)

Quando a identidade é marcada por relação de poder e em torno de oposições binárias, como por exemplo, o binarismo sexual (homem e mulher), essa relação ocorre na sociedade de forma arbitrária, normativa e sexista. Fixar o sexo e identidades de gêneros regido apenas por diferenças dos corpos é uma imposição social que exclui qualquer outra possibilidade. Porém, a fixação é desestabilizada quando grupos sociais não se identificam com esse padrão binário de identidade gênero e, desta forma, a identidade é colocada em questão. “Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem”. (SILVA, 2000. p.77).

Promover uma educação em direitos humanos requer reformulação nos cursos de licenciatura e políticas públicas na promoção de cursos de formação inicial

e/ou continuada dos (as) educadores (as). Essas ações irão contribuir para que a diversidade na escola seja respeitada, valorizada. Segundo, Silva:

A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença. (SILVA, 2000, p.12)

Nos últimos anos, inúmeros estudos acerca da diversidade sexual têm buscado conhecer e problematizar esse tema na escola, mas normalmente observa-se que, quando existem essas discussões e reflexões, elas se dão numa perspectiva essencialista, ainda reproduzem a ordem hegemônica da heterossexualidade e não se apropriam do reconhecimento dos direitos sexuais. Portanto, percebe-se a ausência de ação efetiva que busca transformar essa realidade no contexto escolar. Neste sentido, a escola, como uma instituição de ensino, não pode ficar de fora deste debate. É um desafio garantir a permanência dos (as) estudantes transgêneros na escola, tema em questão.

Discutir a transexualidade torna-se importante, pois a falta de compreensão do processo social e cultural da construção da identidade de gênero e o despreparo para lidar com a questão são visíveis na escola. Para entender a condição do transexual é necessário compreender que os conceitos de gênero e sexo são distintos, desconstruir uma visão patológica dos transgêneros e compreender que o sexo não define corpo e nem estabelece o desejo sexual.

A identidade de gênero é compreendida como o indivíduo se reconhece: mulher ou homem, ou seja, não há um alinhamento entre sexo, gênero e desejo. A maneira como o sujeito se identifica com um gênero pode ser diferente de seu sexo. Conforme, (Louro, et al., 2005, p.38): “Nem mesmo o corpo [...] pode servir como indicador definitivo e conclusivo das identidades. O corpo também escapa; ele é maleável; pode falar mil línguas, ter muitos significados [...] ele engana e ilude”.

Dentro de uma lógica essencialista, o indivíduo que nasce com pênis pertence ao sexo masculino, deve ter comportamento socialmente eleito para homem e seus desejos e suas práticas sexuais ocorrem com o sexo oposto, numa heterossexualidade compulsória. Constrói-se para esse indivíduo a identidade de gênero (masculino) e, desta forma, limita-se o gênero ao sexo. A partir da diferença, quem não nasce com pênis e sim com vagina torna-se mulher, identidade de

gênero: feminino. Essas identidades “fixas” resultam numa relação de poder, de maneira hegemônica, na qual um determinado grupo é privilegiado. E, quando se apresenta uma “nova” identidade de gênero discordante com o determinado sexo biológico, rompe-se a dicotomia e fica evidente a instabilidade destas identidades. Neste contexto é que a transexualidade se estabelece.

Nesta perspectiva, a instituição escolar exclui todas as possibilidades que possam contrariar as normas e a organização imposta por um grupo numa concepção tradicional e normativa. A relação de gênero na escola é marcada por uma oposição binária, de ser homem e ser mulher, num caráter fixo e permanente. Buscar compreender a identidade e a diferença como relações hegemônicas, significa problematizar essa oposição binária em torno de organização escolar.

Conforme Derrida (2001), oposições binárias não são uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas, mas são determinadas por uma relação de desigualdade de poder.

A escola contribui para reproduzir valores, tende a normalizar o comportamento dos (as) estudantes e manter a ordem compulsória entre sexo, gênero. Desta forma, todos (as) alunos (as) que não estejam dentro desta norma de identidade de gênero são excluídos e inferiorizados. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam existir – isto é, aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (BUTLER, 2003, p. 39 grifo da autora).

Na escola da Rede Municipal de Contagem, o ingresso de uma aluna transexual tornou-se alvo de incompreensão e questionamentos. Ela foi subjugada por um grupo de professores (as) e alvo de ofensas e agressões pelos (as) estudantes. Essa aluna foi acolhida pelos (as) de colegas de classe, que a chamavam de Luna; como ela desejava. Porém, os professores não concordavam e sempre que se referiam a ela, tratavam-na por um nome masculino. Luna¹ se sentia reconhecida pelos colegas de classe, isso lhe proporcionou segurança para ir à festa de formatura de vestido, salto alto e maquiada.

A partir do episódio acima, podemos concluir que a escola não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos relacionados aos conteúdos. Nela os (as) estudantes convivem com a diferença e têm a possibilidade de construir e

¹ Para preservar o nome da estudante entrevistada foi utilizado um pseudônimo “Luna” e também por não ser relevante para este estudo o nome verdadeiro da entrevistada.

desconstruir valores, sendo assim um espaço privilegiado para desenvolver a capacidade de compreensão e entendimento da diversidade sexual. Neste trabalho o que interessa é buscar compreender o posicionamento de um grupo de professores (as) em relação à transexualidade. Como a escola se posiciona em relação ao sujeito que desnaturaliza a identidade de gênero?

2 REPRODUÇÃO DA IDENTIDADE EM UM CONTEXTO ESCOLAR

Geralmente, quando os (as) professores (as) são vistos em situações que exigem romper com a normatividade na escola, eles se sentem inseguros e despreparados, pois a instituição escolar é um espaço de contínua transformação e marcada pela pluralidade. E quem são esses que no olhar do corpo docente da escola desestabilizam e afastam um padrão de ordem? Especialmente quando se refere a identidades de gênero, é fundamental problematizar a concepção hegemônica sobre essas identidades e reconhecer que as práticas discursivas e códigos dos corpos são marcados pela diferença.

Quando a escola se depara com questões que vão além do conteúdo, como por exemplo, a presença de uma aluna transexual que causa uma “perturbação”, é importante que ela proporcione a indagação de como as diferentes identidades de gêneros são produzidas e nomeadas. Desta forma, a diferença passa a ser legitimizada. É comum a contemplação da ideia de tolerância, geralmente mencionada no plano político pedagógico da escola, mas vale lembrar que esse termo está associado a alguém que tolera e outro que é tolerado. Tal assimetria coloca essa atitude sob suspeita: alguém que se vê superior, pela indulgência, permissão e numa posição hierárquica.

Segundo Peres, William e Siqueira (2009, p. 245) a “escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e de identidade de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais”.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, v.10, de 1997, no Caderno Orientação Sexual, propõe-se o estudo da sexualidade como tema transversal e nele se registra a postura ideal do educador para tratar do tema. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, “pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente”. (BRASIL, 1997, p. 84).

Nesse mesmo caminho Elian (2014, p.15) afirma que a dignidade de cada um:

[...] individualmente ainda é um propósito na instituição escolar, que tende a padronizar comportamentos, pois a identidade de gênero que não se enquadra numa heteronormatividade é subjetivada. Entender o processo de construção das sexualidades LGBTTT perpassa as noções de corpo, de identidade e de diferença.

Como visto, as teorias trazem seus conhecimentos, no entanto surge uma questão: Como um (a) professor (a) no exercício de função deverá garantir a igualdade de gênero e promover a equidade dos (as) estudantes transexuais?

O princípio da educação para igualdade gênero não acontecerá sem políticas públicas voltadas para a formação dos (as) educadores (as) e efetivas práticas pedagógicas que objetivam romper com a heteronormatividade na instituição escolar. É necessário questionar as necessidades cotidianas dos (as) estudantes, para garantir uma educação em direitos humanos. A observação na escola em questão pontuará de que forma poderá ocorrer vigilância e controle sobre os corpos na lógica heteronormativa do trio sexo, gênero e identidade de gênero.

Todo indivíduo que, de algum modo, voluntariamente ou não, escapar das oposições heteronormativa pode ser alvo de processos de marginalização, mesmo em instituições que proclamam compromissos com a inclusão social. Nessas ocasiões, a marginalização serve, entre outras coisas, para circunscrever o domínio do "normal". (PRADO; JUNQUEIRA, 2014, p.54).

No final dos anos 1970 surge um movimento brasileiro que objetiva a politização da homossexualidade. E o primeiro encontro de homossexuais militantes aconteceu em 1980, em São Paulo, e tinha como objetivo reivindicar a despatologização da homossexualidade. A trajetória do Movimento LGBTTI, até os dias de hoje, é marcada por aumento de vários sujeitos políticos. A inclusão de transexuais se dá a partir de 1990, apesar de a orientação sexual deste grupo ser variada (homossexuais, bissexuais, heterossexuais). Algumas demandas específicas são reivindicadas, como por exemplo, o acesso à transgenitalização, mudança e o reconhecimento do nome social nas escolas, em serviços de saúde e outros. Travestis e transexuais se unem na luta por direitos, uma vez que a homossexualidade é mais compreendida e aceita em relação à identidade de gênero Trans.

A violência de gênero normalmente é marcada por uma relação de poder entre o homem e a mulher. Para discutir a questão, devemos refletir que, antes de tudo, gênero é um conceito, uma construção social que estabelece uma identidade

marcada por uma posição binária, numa matriz heterossexual. Pênis - Homem - heterossexual e Vagina – Mulher – heterossexual.

O movimento de Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e intersexuais - LGBTTI se organiza em busca da equidade de gênero e no combate às diferentes formas de discriminação. São alicerces para refletir e construir novas relações sociais. A partir daí, torna-se necessário propor estratégias e políticas públicas que visam ao enfrentamento violência de gênero. Em 2004, foi criado pelo governo federal o programa “Brasil Sem Homofobia”, que propõe estratégias e políticas públicas para a promoção da cidadania dos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais e o combate da homofobia na sociedade. Em 2006 foi criada pelo MEC, a Secretaria de Educação Continuada - SECAD, que reconhece a homofobia como um problema nas escolas, pois torna o ambiente vulnerável à violência, injúria e exclusão e conseqüentemente interfere no rendimento escolar.

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, educação é um direito de todos e um dever do Estado. (BRASIL, 2005). Porém, pesquisas apontam que estudantes transexuais e travestis são discriminados (as) e estigmatizados (as) na escola. Atos de violência contra esses (as) estudantes são frequentes, o que os (as) levam a “abandonar” os estudos. Na realidade não é um abandono e sim um processo de violação de seus direitos legais. Com estudantes transexuais, “há um processo de expulsão e não de evasão”. (BENTO, 2008, p. 128).

2.1 Identidade de Gênero Trans*

O conceito de gênero surgiu durante o movimento feminista e através da obra, “O segundo Sexo” (1949), de Simone de Beauvoir, com a frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa frase nos propõe uma reflexão sobre a identidade de gênero: o corpo que se torna mulher não será necessariamente do sexo feminino. Desta forma, a autora questiona a visão essencialista das diferenças entre homens e mulheres. E então o corpo (morfologia) e gênero nem sempre estão alinhados. “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2003, p. 24).

O termo Trans*, acrescido do asterisco à palavra, é caracterizado como um termo guarda chuva, [umbrella term], que envolve as identidades Trans* “embaixo do guarda-chuva”. Assim, esse termo é uma abreviação de várias palavras e

expressa diferentes identidades: transexual, transgênero e travesti e qualquer pessoa que não se enquadra no sistema normativo de gênero. A pessoa de identidade Trans* se identifica com o gênero diferente do sexo biológico. O processo de formação dessas identidades se dá pela subjetivação inserida nas normas de poder. Reconhecer o funcionamento do dispositivo da sexualidade que produziu o sistema corpo-sexo-gênero ao longo da história da humanidade permite a compreensão da experiência transexual. Conforme Berenice Bento:

A experiência transexual é um desdobramento do dispositivo da sexualidade, sendo possível observá-la como acontecimento histórico. No século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber organizado em torno da experiência. A tarefa era construir um dispositivo específico que apontasse os sintomas e formulasse um diagnóstico para os/as transexuais. Como descobrir o “verdadeiro transexual”? (BENTO, 2006, p.132).

A criação do termo Cisgênero, puramente político é uma tentativa de problematizar as relações da identidade de gênero, não é contraposição ao termo transgênero, pois busca evitar a naturalização das identidades numa relação binária. Portanto, foi criado para promover um olhar crítico sobre as normas da identidade de gênero. Neste contexto, numa pessoa Cisgênera o sexo designado ao nascer está alinhado a uma identidade de gênero. Em uma sociedade heteronormativa essas pessoas são privilegiadas no âmbito político, jurídico, educacional e outros. As normas e padrões hegemônicos das identidades de gênero se organizam numa heterossexualidade compulsória.

Não há de natural ou aceitável na ordem binária da sexualidade em hetero-homo, pois se trata de uma divisão compulsória criada há pouco mais de um século e que se impõe por meio de diferentes estratégias: de tentativas de convencimento a violências dos mais diversos tipos. (MISKOLCI, 2010 p.96).

A transexualidade ainda é considerada uma patologia, sendo para as ciências médicas uma disforia de gênero, síndrome de transtorno de gênero ou transexualismo. Existe uma discussão no movimento LGBTTT para que haja um processo de despatologização. Porém, um determinado grupo receia que, caso a transexualidade não seja caracterizada uma doença, o atendimento dos (as) transexuais fique mais difícil e as cirurgias de transgenitalização não sejam realizadas gratuitamente pelo governo.

As relações de poder mantêm um controle sobre os corpos e da sexualidade; a partir deste pressuposto, as instituições, inclusive a escola, reforçam o discurso para uma heteronormatividade. Ao observar as práticas pedagógicas, como por exemplo, as festas comemorativas, os materiais didáticos, as brincadeiras, concluímos que o debate de gênero sempre esteve na escola, mas esse mantém a heterossexualidade como modelo: meninos e meninas têm e devem ter comportamentos diferentes. É comum criar um discurso sobre a diversidade dentro da escola, mas a diferença que produz essa diversidade é perpassada por uma relação de poder.

Recentemente, grande parte dos municípios brasileiros retirou o termo ideologia de gênero do PNE - Plano Nacional de Educação (documentos que traçam metas educacionais para a próxima década). A proposta entrou em debate nas câmaras municipais com um enfoque sobre a identidade de gênero e a orientação sexual. A retirada da ideologia de gênero do PNE foi comemorada por entidades religiosas; porém, foi considerado um retrocesso pela maioria dos profissionais da educação que estiveram no debate sobre a questão.

A ideologia de gênero tem como referência a teoria queer, de Judith Butler, cuja base é a negação da naturalização de gênero. O termo queer era utilizado de forma pejorativa, para se referir as pessoas que estavam fora de uma normatividade. Na tradução para o português, seria “viado”, “sapatão”, “traveco”, numa posição excêntrica. Alguns estudiosos assumiram o termo quer de maneira a reverter o jogo, para afirmar o reconhecimento de todas as pessoas que fogem do padrão heteronormativo. Portanto, atualmente não existe uma teoria que mais legitimize a transexualidade que os estudos de Butler. Ao usar o conceito de performatividade, a autora, na reformulação de sua obra “Bodies that matter”, tentou desassociar esse conceito de uma visão voluntarista de gênero, pois essa foi mal entendida e rotulada por muitos pesquisadores. A performatividade constitui em norma reguladora de identidade, quando impostas ao sujeito, mesmo antes deste existir, e que sendo permanentemente reiteradas, internalizadas, materializam aquilo que nomeiam num contexto social e histórico. Segundo Miskolci; Pelúcio (2007, p.42):

As normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma “generalização”. Não se trata, portanto de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal.

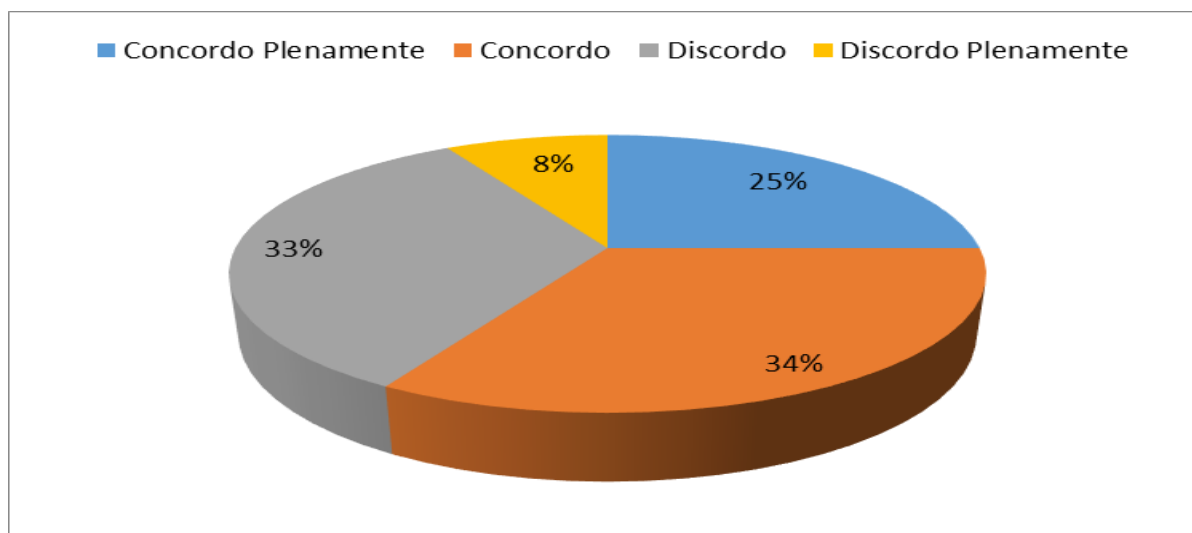
3 TRABALHO DE CAMPO

3.1 Perspectiva a partir do Olhar dos (as) Professores (as) sobre a Identidade Trans* na Instituição Escolar.

As questões do questionário foram elaboradas com o objetivo de analisar as concepções de um grupo de professores (as) acerca das identidades trans* no ambiente escolar. Essas questões também permitem uma análise da educação de direitos humanos dos estudantes transexuais na Escola Carlos Drummond de Andrade – Contagem - MG. Os questionários foram aplicados durante a primeira semana de dezembro de 2015, sendo distribuídos individualmente aos respondentes e com uma breve orientação oral sobre o procedimento e a sua finalidade. As quatro opções para a resposta da questão constituem uma estratégia para evitar o direcionamento da resposta. A abordagem quali-quantitativa utilizada neste trabalho permite compreender e reunir dados que corroboram os estudos sobre as relações sociais e as identidades de gênero. É importante ressaltar que as respostas dadas ao questionário não aprofundam o assunto e a justificativa que acompanha cada questão é uma estratégia de contextualização, a fim de propiciar maior envolvimento dos (as) respondentes. Infelizmente nem todos os 56 questionários entregues foram devolvidos. Foram respondidos 48 questionários entre um grupo de professores que atuam no Ensino Fundamental da Escola Carlos Drummond de Andrade, da rede pública municipal de Contagem-MG. Esses (as) profissionais atuam em diversas áreas do Ensino Fundamental. Sendo 26 profissionais atuam no ensino fundamental – anos inicial, ou seja, 1º e 2º ciclo e 22 atuam no ensino fundamental – anos final, ou seja, 3º ciclo (6º ao 8º ano).

3.2 Análise do Dados

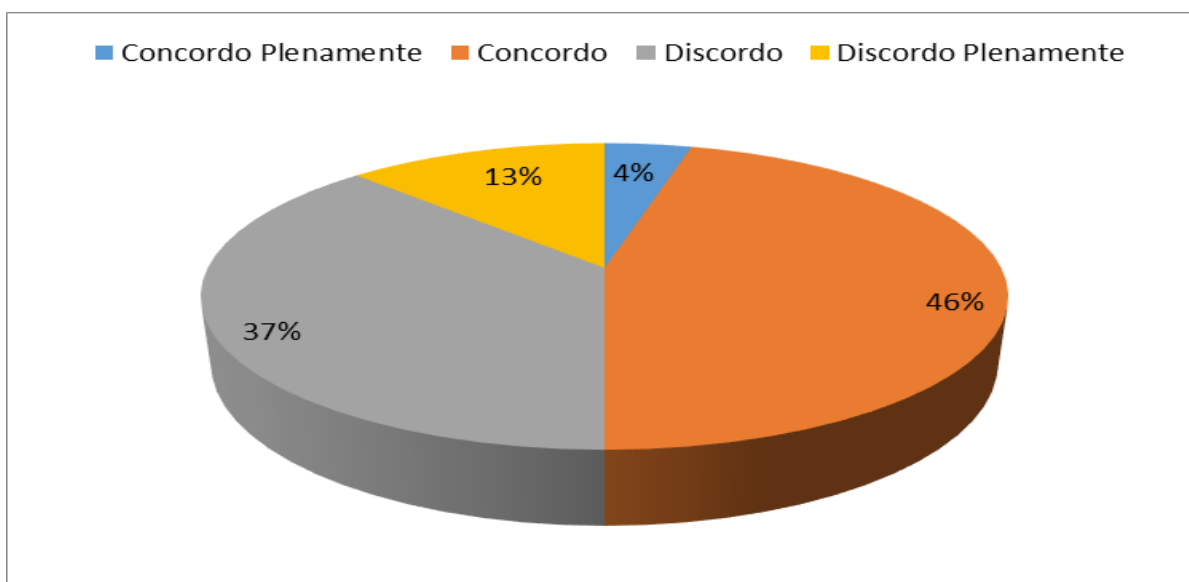
Na questão 1 investigou-se o fato de ser mulher ou homem está sempre relacionado ao órgão sexual com o qual a pessoa nasce. Portanto, existem duas possibilidades: Sexo Feminino - É uma mulher e Sexo Masculino - É um homem.

GRÁFICO 1 - A Construção de Gênero

Fonte: Elaborada pela autora

Na análise do gráfico, evidencia-se que apenas 25% dos respondentes não apresentam uma visão essencialista de gênero. Porém, a maioria deste grupo ainda apresenta uma visão essencialista e binária da construção de gênero, ainda não reconhece o gênero como uma construção social, e sim, o trata para o campo da biologia. Essas concepções trazidas pelos (as) professores favorecem o não reconhecimento da identidade Trans* na escola. Para uma educação que visa à igualdade e equidade de gênero, é necessário problematizar esse binarismo, a fim de desconstruir a lógica normativa de gênero. Segundo heterossexualidade Britzman (1996); Butler (2010); Junqueira (2013) e Elian (2014) afirmam que o ambiente escolar é visto, por vezes, como um lugar de censura, ignorância e medo, que naturaliza e legitimize a lógica do sexo, gênero e sexualidade centrada na heterossexualidade.

A questão nº 2 refere-se sobre quando um estudante do sexo masculino, do ensino fundamental, reivindica o direito de ser chamado por um nome social de mulher, ou seja, diferente do nome oficial de registro, você acredita que essa situação poderá causar transtornos dentro da escola e conseqüentemente compromete o trabalho pedagógico?

GRÁFICO 2 – O Direito de um nome

Fonte: Elaborada pela autora

Na escola observa-se que as regras normativas de gênero, como por exemplo, os registros dos estudantes pelo nome oficial, em lista de chamada declaram uma determinada “ordem”. E tudo que desestabilize essa ordem é considerado um transtorno. Ainda que a legislação garanta o direito do uso do nome social pelos (as) estudantes transexuais, a maioria dos (as) professores (as) que respondeu o questionário, ainda acredita que isso causará transtornos na escola. A resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, do Diário da União, Art. 2º prevê: “Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência” (BRASIL, 2015).

Anteriormente a essa publicação a Secretaria Municipal de Contagem publicou a Resolução Nº. 008/2010 de 17 de agosto de 2010 com o seguinte texto:

Art. 1º - A partir de 2010, todas as unidades escolares e/ou projetos e programas de jornada complementar ou integral do Sistema Municipal de Ensino de Contagem deverão incluir nos registros dos diários de classe, nos informativos (boletins) escolares e demais registros internos das instituições, o nome social, pelo qual os(as) estudantes, servidores/as, familiares e demais membros da comunidade escolar travestis e transexuais se identificam, seguido, entre parêntese, do nome que consta no registro civil.

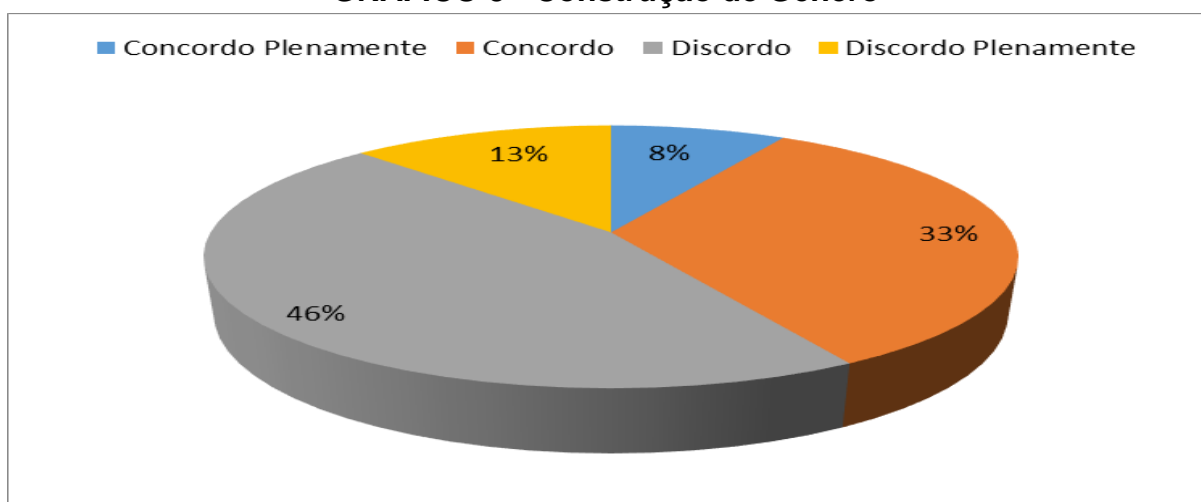
§ 1º - Nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou masculinos se identificam na vida em comunidade e que, portanto, materializa o processo identitário construído por elas e eles ao longo da vida. (CONTAGEM, 2010).

Em relação ao questionamento realizado na questão 2, uma das justificativas de um/a dos/das estudantes, aponta uma possível estratégia para romper as normas de gênero na escola, segundo esse/essa respondente: “Acredito que essa situação pode propiciar momentos de discussões e debates no ambiente escolar. E esse debate pode levar ao esclarecimento e quebra de preconceitos”.

Desta forma é importante propor uma pedagogia e um currículo que busque problematizar a identidade e a diferença, a fim esclarecer a produção de uma identidade a partir da diferença. Ter um professor que saiba criar uma relação pessoal e de respeito, além de demonstrar domínio do conteúdo, é importante para tornar o espaço escolar democrático.

Na questão 3 perguntou-se se é menino ou menina? Essa pergunta é frequentemente escutada pelas gestantes. A partir da resposta, ou seja, da declaração do sexo, já começa a moldar um comportamento social para este novo ser. Essa imposição é ofensiva, pois o sexo não determina uma identidade de gênero.

GRÁFICO 3 - Construção de Gênero



Fonte: Elaborada pela autora

Desde cedo a demarcação do binarismo sexual e da identidade gênero já se apropria de um corpo. Desta forma, é construída uma identidade a partir da diferença e, conseqüentemente, mantêm-se a hierarquia, o poder e a ordem social. A escola não é a única instituição que mantém a regulação de gênero, a família é a primeira a cumprir esse papel, pois algumas crianças, ao chegar à escola, já se

apropriam das regras reguladoras de gênero. Se há uma coisa que podemos dizer é que gênero se relaciona com o corpo. (BELELI, 2010, p.60).

Para Elian (2014), declarar o sexo de um ser ainda em formação é um ato performativo, pois já nomeia, regula esse corpo. “Desde o nascimento, o gênero é colocado para o bebê, que se apropriará dele ao longo da vida, e as normas que regulam este gênero facilitarão a sua materialização”. (ELIAN, 2014, p.53).

Corroborando com essa ideia, Beleli (2010) afirma ainda que, antes de nascer a demarcação do binarismo sexual e da identidade gênero já se apropria de um corpo.

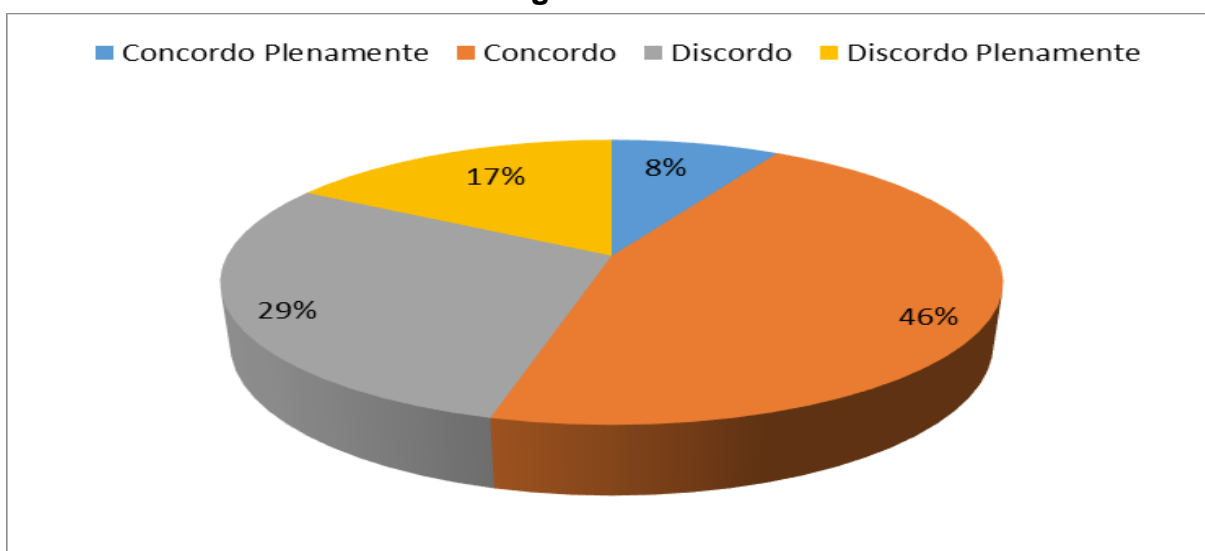
Desta forma, é construída uma identidade a partir da diferença e, conseqüentemente, mantêm-se a hierarquia, o poder e a ordem social. A escola não é a única instituição que mantém a regulação de gênero, a família é a primeira a cumprir esse papel, pois algumas crianças, ao chegar à escola, já se apropriam das regras reguladoras de gênero. Se há uma coisa que podemos dizer é que gênero se relaciona com o corpo. (BELELI, 2010, p.60).

Retomando as afirmações de Elian (2004), sobre o papel dos pais, esse normalmente revela a transmissão de atitudes sexistas, pois,

[...] demonstram expectativas que ajudam na construção de gênero. Declarar o sexo de um ser ainda em formação é um ato performativo, pois já nomeia, regula esse corpo. Desde o nascimento, o gênero é colocado para o bebê, que se apropriará dele ao longo da vida, e as normas que regulam este gênero facilitarão a sua materialização. (ELIAN, 2014, p.53).

Percebe-se na afirmação supra que qualquer expressão do corpo que não corresponda às expectativas de uma feminilidade ou masculinidade torna-se um problema na instituição familiar e isso se reflete na escola.

A questão nº 4 aborda a transexualidade e o espaço da escola, levando em consideração a aluna transexual, ou seja, como uma adolescente exigir o direito do usar o banheiro feminino.

GRÁFICO 4 - Cartografia do Banheiro da Escola

Fonte: Elaborada pela autora

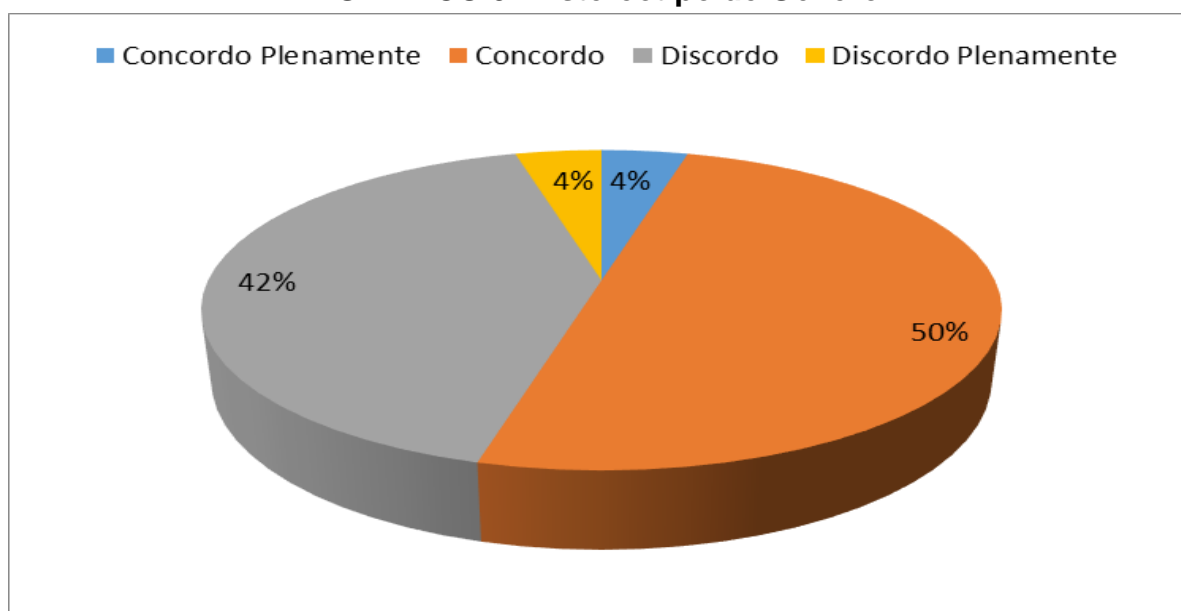
O banheiro de homem e de mulher é um espaço da escola que demarca bem a distinção de sexo, porém essa representação se apropria de um binarismo de gênero, numa visão essencialista. A sociedade criou uma espécie de ordem espacial que serve para guiar os indivíduos na caminhada do dia a dia. (ANDRADE, 2012, p.156).

Ao exigir o uso do banheiro conforme sua identidade de gênero, os estudantes transexuais têm provocado tensão e desconforto na escola. Algumas justificativas redigidas pelos respondentes ainda reforçam a heteronormatividade na escola, conforme essas:

Deve levar em conta diversas variáveis: idade do estudante, modo de criação, convivência social... Acredito que o profissional deve ter uma “cabeça aberta” para aceitar as escolhas de cada um. Não nos esquecendo de que, para que haja uma certa ordem, uma sociedade deve conter certas regras, caso contrário o caos estará estabelecido. (respondente I)

Com a sociedade que vivemos hoje um “homem” usando o banheiro feminino poderia causar constrangimento para as mulheres, pois “alguns” poderiam usar disso para abusos e constrangimentos. (respondente II)

Questão nº 5 foi indagada se um (a) adolescente tem o direito de vivenciar sua identidade de gênero sem nenhuma restrição no espaço escolar. Por exemplo, um aluno do sexo masculino pode usar roupas e/ou uniforme de menina, independente do nível de escolaridade.

GRÁFICO 5 - Estereótipo de Gênero

Fonte: Elaborada pela autora

Na escola as normas regimentais, entre elas o uso do uniforme e vestimentas, refletem e produzem a desigualdade de gênero. Estudantes que se apresentam fora da norma de um padrão binário de gênero são considerados excêntricos, ou seja, estão à margem, numa posição desestabilizadora para a instituição. Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. (LOURO, 2000, p.8).

Na educação infantil normalmente as meninas se apresentam com adereços no corpo, como por exemplo, brincos, pulseiras, tiaras, prendedores de cabelos e não é raro os meninos manifestarem interesses por esses objetos. Neste caso observa-se que são as próprias meninas que os advertem que tais objetos não são para eles e ainda sendo reforçados por educadores e educadoras. Numa lógica binária constroe-se um esteriótipo de ser menina e menina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivendo numa sociedade que constantemente busca enfrentar os desafios da violência, do preconceito e da exclusão, torna-se um compromisso para a instituição escolar propor um currículo e uma pedagogia que promovam a igualdade e a equidade. E ao entender que a identidade é produzida a partir da diferença, sendo marcada por um jogo de poder, contribui-se para desmitificar a ideia da transexualidade e da travestilidade como algo excêntrico, estigmatizado como prostituição.

Para que ocorra uma transformação na forma de pensar, educadores e educadoras precisam de uma formação que propicie essa mudança subjetiva. Geralmente, nos cursos de licenciaturas não são abordadas as temáticas gênero, diversidade e sexualidade, pois há uma deficiência de instrumentos teóricos e metodológicos sobre essas áreas.

Nos últimos anos, questões relacionadas ao multiculturalismo e à diferença tornaram-se pautas nas instituições educacionais. Porém, quando se trata de gênero e identidade de gênero, ainda se reproduz um discurso de tolerância e benevolência para com aqueles que saem da heteronormatividade, sem reconhecer a legitimidade da questão. Desta forma, os dados mostrados nos gráficos reafirmam o quanto a escola ainda vem sendo um espaço de exclusão da diversidade de gênero e também, demonstra uma postura heteronormativa por parte do corpo docente, o que é uma preocupação.

Acredito que a escola possa ser um ambiente favorável ao debate das ações e desconstruções do binarismo sexual, do sexismo e também da compreensão da construção social e histórica das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis Na Escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa.** Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação – CE, 2012.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo, Brasiliense, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual.** Brasília: 2004.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: 2012.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Vera M. Ferrão. **Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos.** Educação e Sociedade: Campinas, 2012. Disponível em: Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 jan. 2016.

DERRIDA, Jacques. **Posições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ELIAN, Izabella Tymburibá. **Mémoires Escolares dos Sujeitos LBBTTI: a escola como mediadora das identidades sexual e de gênero.** Belo Horizonte- MG 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Unesco, 2009.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual.** MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Marcas da Diferença no Ensino e Escolar.** EdUFSCar: São Carlos, 2010.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Fora do sujeito e fora do lugar: Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis.** Gênero: Rio de Janeiro, 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas.** Curitiba, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. **Homossexualidade:** produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Produção social da identidade e da diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, Erica Renata. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. **Cadernos Pagu.** n. 26, p.169-199, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30390.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

APÊNDICE – 1 – QUESTIONÁRIO AOS/AS PROFESSORES/AS

Professores (as) o presente questionário é parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização: Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sua cooperação ao responder este questionário é suma importância para a produção do TCC: GDE- Gênero e Diversidade na Escola. Vale ressaltar que em hipótese alguma não será divulgada a identificação do respondente, proporcionando o anonimato e assegurando a fidedignidade das respostas.

No campo da justificativa é opcional.

Estudante: Janeth de Carvalho Moreira

Dados do (a) Respondente:

Modalidade de ensino em que atua: 1º Ciclo do Ensino Fundamental()

2º Ciclo do Ensino Fundamental() 3º Ciclo do Ensino Fundamental()

Questionário

1- Ser mulher ou homem está sempre relacionado ao órgão sexual com o qual a pessoa nasce. Portanto, existem duas possibilidades: Sexo Feminino - É uma mulher e Sexo Masculino - É um homem.

1- () Concordo plenamente

2- () Concordo

3- () Discordo

4- () Discordo plenamente

Justificativa:

2- Quando um estudante do sexo masculino, do ensino fundamental, reivindica o direito de ser chamado por um nome social de mulher, ou seja, diferente do nome oficial de registro, você acredita que essa situação poderá causar transtornos dentro da escola e conseqüentemente comprometer o trabalho pedagógico?

1- () Concordo plenamente

2- () Concordo

3- () Discordo

4- () Discordo plenamente

Justificativa:

3- É menino ou menina? Essa pergunta é frequentemente escutada pelas gestantes. A partir da resposta, ou seja, da declaração do sexo, já começa a moldar um comportamento social para este novo ser. Essa imposição é ofensiva, pois o sexo não determina uma identidade de gênero.

1- () Concordo plenamente

2- () Concordo

3- () Discordo

4- () Discordo plenamente

Justificativa:

4- Um aluno do sexo masculino, que se identifica como “Bruna”, ou seja, como uma menina, poderá exigir o direito de usar o banheiro feminino?

1- () Concordo plenamente

2- () Concordo

3- () Discordo

4- () Discordo plenamente

Justificativa:

5 - Um (a) adolescente tem o direito de vivenciar sua identidade de gênero sem nenhuma restrição no espaço escolar. Por exemplo, um aluno do sexo masculino pode usar roupas e/ou uniforme de menina, independente do nível de escolaridade.

1- () Concordo plenamente

2- () Concordo

3- () Discordo

4- () Discordo plenamente

Justificativa: